

A campanha de Pé no chão também se aprende a ler: um projeto educacional para extirpar o analfabetismo em Natal/RN
The campaign Walking barefoot, we also learn to read: the education project to weed illiteracy of Natal/RN

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: walkyria.teixeira@ifrn.edu.br

Lenina Lopes de Soares Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: leninasilva@hotmail.com

Recebido: 30/06/2017 – Aceito: 08/08/2017

Resumo

O objetivo deste artigo é estudar o projeto educacional concretizado em Natal/RN, por meio da **Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler**. Faz-se um estudo dos indicadores de analfabetismo identificados no momento histórico marcado pela chegada de Djalma Maranhão (1915 – 1971) ao executivo municipal com o propósito de combater o estarrecido analfabetismo na capital do Rio Grande do Norte. A pesquisa aqui desenvolvida buscou subsídios nos portais do INEP e do IBGE, com ênfase numa abordagem inicialmente quantitativa, porém de posse dos resultados utilizou-se de uma abordagem qualitativa para o necessário processo de análise dos dados. Como embasamento teórico-metodológico, dialoga-se principalmente com o pensamento de Moacyr de Góes (1980) e José Willington Germano (1989). A pesquisa revelou que os índices de analfabetismo enfrentados na década de 1960 continuam presentes na sociedade natalense, inclusive com números mais elevados se forem considerados os valores absolutos. No próprio país, o montante de iletrados desafia a sociedade a extirpar suas destrutivas marcas na vida das pessoas.

Palavras-chave: Alfabetização, Indicadores de Analfabetismo, iletrados.

Abstract

This article aims at studying the education project carried out in Natal/RN at the **Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler (Campaign Walking barefoot, We Also Learn to Read)**. The study identifies the illiteracy during the historical moment of Djalma Maranhão (1915 – 1971) as Mayor of Natal/RN. He had the purpose of fighting the alarming illiteracy

numbers in the capital of Rio Grande do Norte. The research was based on the websites of INEP and IBGE. It, initially, emphasised a quantitative approach. However, after the results, we used a more qualitative approach for the analysis process. Our theoretical basis was on the studies of Moacyr de Góes (1980) and José Willington Germano (1989). The research also revealed that the illiteracy numbers faced in the 60s are still present in the society of Natal. Moreover, the numbers are higher if we consider absolute figures. In Brazil, the amount of illiterates challenges society to wipe out their destructive stains from people's lives.

Keywords: Literacy, Literacy indicators, Illiterate.

1. Introdução

A pesquisa que deu origem ao presente trabalho possui o escopo de aferir o tratamento dispensado à questão do analfabetismo dentro da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, com ênfase nos índices de analfabetos registrados naquele contexto histórico na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte no final da década de 1950.

O projeto foi fruto de um desdobramento dos anseios populares que apontavam para a questão educacional como um grave problema a ser debelado no âmbito da cidade. A campanha conseguiu reunir uma gama de profissionais que atuaram em várias frentes de trabalho. A sensibilização da participação popular foi um dos caminhos trilhados, pois não existia espaço físico suficiente para ministrar as aulas, logo se utilizou como recinto escolar, áreas localizadas nas próprias residências e em espaços públicos como as praias que ornaram no bairro das Rocas.

Outra frente de atuação residia na capacitação dos indivíduos que trabalhariam no projeto a fim de padronizar o conteúdo socializado à população. A aproximação com os artistas também foi importante, pois esses auxiliariam na parte cultural desenvolvida nessa política municipal. Tudo para ofertar educação de qualidade, mesmo diante das dificuldades financeiras vivenciadas no Nordeste do Brasil com o crescimento da industrialização no Centro-sul do país e a perda de espaço no cenário econômico da agricultura, realidade que se refletia em Natal/RN.

Essa política se destaca porque foi sistematizada pela Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN na década de 1960 a quem coube coordenar as atividades e promover a execução do movimento popular que possuía o escopo de alfabetizar crianças, jovens, adultos e, de forma concomitante, instigar a percepção e compreensão do contexto político e cultural no qual a população estava inserida. Significou, também, um processo voltado à

conscientização dos seus integrantes acerca do contexto socioeconômico vivenciado no período e suas repercussões no seio social de uma cidade que sofria as mazelas do analfabetismo em alta escala.

Djalma Maranhão (1915-1971) assumiu o executivo municipal de Natal/RN em 1960 quando tomou posse como prefeito no dia 05 de novembro com grande apoio popular. Essa sustentação popular foi fruto das articulações prévias concatenadas pelo grupo político que subsidiava a chapa Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos no processo de busca por suporte político para concorrer respectivamente aos cargos de prefeito e vice-prefeito dessa cidade.

No momento histórico em tela, os Comandos Populares, compostos por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de bairros (GERMANO, 2010) contribuíram para capitanear simpatizantes com a plataforma política defendida por Maranhão, via Acampamentos Nacionalistas. O papel dos Acampamentos Nacionalistas era mobilizar eleitores e arrecadar contribuições financeiras para ajudar nos gastos de campanha.

Em virtude desse nexos com os natalenses o recém-empossado prefeito de Natal/RN elegeu como meta primordial do seu governo a extinção do analfabetismo na cidade. Conforme destacou o prefeito em Carta-Mensagem redigida em abril de 1961:

Há momentos decisivos na vida dos povos. É a hora em que a História marca suas encruzilhadas. Acreditamos que o povo brasileiro vive um desses momentos. Na sua luta contra o subdesenvolvimento ele precisa se erguer do solo e ganhar a sua independência de ação. E só poderá fazer isto se for alfabetizado e tiver uma educação mínima que o faça afirmativo na sociedade. Acreditamos que chegamos nessa encruzilhada: ou o povo se alfabetiza ou se escraviza. (MARANHÃO, 1999, p.81)

Na época, no Brasil, as pessoas que não possuíam a condição de letrado não poderiam participar dos processos eleitorais, pois analfabetos não escolhiam seus representantes políticos. A capital potiguar, em 1960 registrava uma população de 154.276 indivíduos (MARANHÃO, 1999) e contabilizava-se um número de 60.254 pessoas que não tiveram acesso aos sistemas educacionais ou não conseguiram obter êxito durante o processo de ensino-aprendizagem de modo que engrossavam as fileiras do analfabetismo no Nordeste brasileiro.

O *déficit* de vagas na rede de ensino era outro problema a ser enfrentado pelos governantes municipais, haja vista o número de grupos escolares ter diminuído de onze para

dez unidades entre os anos de 1941 a 1961, bem como o quantitativo de escolinhas municipais decrescera de 120 para 86 unidades em novembro de 1960 (GERMANO, 2010). Assim, considerando uma população de 154.276 indivíduos cujo *quantum* de analfabetos gravitava em torno de 60.000 natalenses, assim, o projeto educacional proposto não tinha como não ser aceito pela comunidade que dele necessitava.

O movimento foi violentamente reprimido, considerado subversivo e extirpado do seio social pelos militares que impuseram o golpe-civil e militar de 1964. Seus idealizadores foram perseguidos, alguns, inclusive, foram para o exílio em outros países. Costa (2004) lembra que:

Após a deflagração do golpe de Estado em 1964, fruto das contradições explicitadas no contexto em apreço, a Campanha foi submetida a forte repressão – assim como os demais movimentos sociais e organizações políticas reformistas – levando à destruição de suas escolas, à desarticulação da sua organização intelectual e política, sendo seus dirigentes e vários de seus participantes perseguidos, presos, indiciados e suas bibliotecas fechadas, cujo acervo foi exposto em praça pública como material “subversivo” e “atentatório à ordem do país” e utilizado como prova material de “crime contra a segurança nacional”. (2004, p. 21-22, grifos no original)

A literatura que se destaca nessa discussão está embasada primordialmente em Góes (1980) e Germano (1989), os quais: tecem comentários e analisam o movimento, trazendo elementos acerca de aspectos da Campanha como: desenvolvimento das aulas, o ambiente dos acampamentos escolares e os tipos de capacitações, tudo voltado para combater o analfabetismo concretizado no chão de terra batida de Natal.

Assim, para a materialização deste estudo, foi discutida a questão do analfabetismo e seus desdobramentos no cotidiano das pessoas, apontando o caminho trilhado para a escolha do tema, a maneira utilizada para a coleta de dados, as ilações construídas diante das informações concatenadas com o momento histórico visto, principalmente, nos anos 1960, em Natal/RN, bem como as marcas ainda hoje vivenciadas com relação ao processo de ensino-aprendizagem na capital potiguar.

2. Metodologia

A metodologia pode ser vista como a trajetória escolhida pelo pesquisador com o fito de verificar suas impressões iniciais com base no objeto de estudo e na inserção deste nos conceitos teóricos disponíveis. MINAYO (2009, p. 14) ensina que metodologia é o caminho

do pensamento, a prática exercida na abordagem da realidade para se definir a realidade estudada, investiga-la e explica-la de forma sistemática. Sob esta perspectiva e com fulcro na temática do analfabetismo presente na capital potiguar na década de 1960, o recorte da pesquisa que aqui apresentamos se concentra nas informações, estatísticas e números ofertados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A busca transcorreu entre os meses de setembro a dezembro de 2016, como decorrência de uma atividade desenvolvida na disciplina de Ciência e Produção do Conhecimento do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional – PPGEF do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Destarte, através de análises e comparações com os dados contidos nos censos realizados que albergam diversas informações ligadas a escolaridade, bem como a falta dela se construiu um esboço deste artigo como parte integrante das atividades do curso. Nesse contexto, foi privilegiada a abordagem qualiquantitativa para subsidiar a busca dos dados e a análise dos resultados.

3. Resultados e Discussões

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO¹ concebia em 1958² o analfabetismo como a impossibilidade atribuída a um indivíduo de ler ou escrever um enunciado simples. No Brasil, o IBGE também adota o conceito de analfabetismo³ inicialmente sugerido pela UNESCO, ou seja, iletrada é aquela pessoa incapaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, Djalma Maranhão ao assumir em 1960 a prefeitura traz na bagagem entre as propostas eleitorais, o compromisso de combater o processo de exclusão educacional que ensejava à população a impossibilidade de ler e escrever, portanto, criar estratégias que pudessem debelar o analfabetismo dessa cidade. Para tanto, determinou a Secretaria Municipal de Educação que elaborasse uma política pública

¹ UNESCO é o acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

² Dados extraídos do 2º Relatório Global sobre aprendizagem e educação de adultos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002307/230725por.pdf>. >

³ Esse conceito evoluiu, de tal sorte que hoje a UNESCO sugere o conceito de analfabetismo funcional como parâmetro para análises ligadas a questão. Segundo a organização da ONU³ para a educação, alfabetizado funcional seria aquele com o potencial de ler, escrever e apreender o conteúdo analisado, tornando-se apto a continuar o processo de aprendizagem no decorrer de sua existência. Hodiernamente, existe ainda a classe dos analfabetos digitais que não integram o objeto desse estudo.

que minimizasse o flagelo imposto aos iletrados.

Moacyr de Góes, Secretário de Educação entre os anos de 1960 a 1964, juntamente com uma gama de profissionais como: Omar Pimenta, Margarida Cortez, Ivis Bezerra, Antônio Campos entre outros, todos comprometidos com a educação lançaram a política que ficou conhecida como a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Essa Campanha possuía o escopo de combater o processo de exclusão social motivado pela impossibilidade de exercício do direito à cidadania, realidade atrelada àqueles residentes de Natal/RN que detinham a condição de analfabeto, em sua maioria muito pobre sem condições de arcar com despesas para custear estudos seus ou de seus filhos.

No momento histórico dos anos 1960 é possível verificar a abrangência da implantação e execução da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em um período marcado por crises sociais. Constatavam-se dificuldades econômicas com o declínio da agricultura, afetada pelos efeitos devastadores da grande seca de 1958 e a irrisignação popular que enxergava na política do governo federal falhas na condução das medidas para a retirada do Nordeste da estagnação social e econômica cuja continuidade das secas promovia a miséria e a fome. Nesse cenário, os registros ligados ao analfabetismo no Brasil alcançavam índices de aproximadamente 40% da população⁴ brasileira, conforme se observa na Tabela 1, a qual reproduz os números correlatos ao assunto.

Tabela 1: Taxa de analfabetismo⁵ no Brasil das pessoas com 15 anos ou mais entre os anos de 1940 a 1970.

Ano	Percentual
1940	56,0
1950	50,5
1960	39,6
1970	33,6

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

No contexto vivenciado entre os anos de 1950 a 1960, ser iletrado significava a total exclusão da vida política do município e, numa perspectiva maior, correspondia à exclusão da escolha dos dirigentes do país. Apenas com o advento da Carta Magna de 1988 foi facultada ao analfabeto a possibilidade de participar do processo de sufrágio (MENDES, 2009). A

⁴ Segundo dados do IBGE, cerca de aproximadamente 40% da população brasileira com ou acima de 15 anos de idade era considerada analfabeta na década de 1960. Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>.

⁵ Taxa de analfabetismo - porcentagem das pessoas analfabetas (*) de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. (*) analfabeta - pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

presente condição cominava a invisibilidade às pessoas, alijando-as do exercício de direitos básicos como os ligados à cidadania.

O mencionado processo de supressão política dessas pessoas ensejou um crescente sentimento de inconformismo e indignação entre a sociedade, o qual se refletiu durante os pleitos eleitorais do período em estudo em vários pontos do país.

Em Natal, Djalma Maranhão que chegou ao executivo municipal no final de 1960 com apoio popular se deparou com uma dura realidade, havia um aumento populacional que não era acompanhado de forma concomitante por um sistema municipal e estadual eficiente de educação; que fosse capaz de albergar todas as demandas por educação da época.

É importante lembrar que na capital do Rio Grande do Norte, com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) assim como a sua localização estratégica no mapa mundial, ocasionaram a presença de muitos militares, inclusive com outras nacionalidades que encontravam em Natal ambiente adequado para sistematizar as ações concatenadas pelos países Aliados. Pertinente realidade fomentou o desenvolvimento urbano e contribuiu para o aumento populacional, em contrapartida pressionaram a infraestrutura local organizada para atender às demandas mais básicas dos natalenses.

Ademais, o quadro de seca dos anos de 1950 também contribuiu para a migração das pessoas do campo em busca de melhores condições de vida na cidade, desencadeando um crescimento dos membros da comunidade que ora se concentravam na capital (SILVA, 2006). Ao revés, se observava uma diminuição na oferta de vagas nas escolas públicas municipais que fatalmente se refletiriam nos números de iletrados que residiam na cidade.

Germano (1989, p. 93) destacou a fragilidade do sistema escolar municipal ofertado à população natalense na década de 1960, realidade herdada pelo prefeito eleito Djalma Maranhão:

A situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, ao invés de aumentar. Basta ver que os onze grupos escolares que há vinte anos atrás funcionavam na cidade estavam reduzidos, em 1961, a dez unidades de ensino. Da mesma maneira, o número de ‘escolinhas’ mantidas pela prefeitura decrescera de 120 em 1958 para 86 em novembro de 1960.

O acesso à educação nos anos 1960 na capital potiguar tornou-se um flagelo social que precisava ser debelado. Entretanto, a capacidade financeira do município não comportava tamanho dispêndio e a população pressionava os gestores a buscarem soluções para o

problema.

O professor Moacyr de Góes (1980, p. 53) lembra que:

O índice de analfabetismo na população acima de 14 anos, o mais alto era o do Nordeste (59,97%) e, em Natal, o Censo de 1960 revelara a existência de 60.254 analfabetos, cifra possível de ser decomposta em 35.810 crianças e 24.444 adultos.

É importante enaltecer que a população pobre era a principal afetada nesse processo excludente ligado ao analfabetismo. Os filhos das classes mais abastadas tinham a opção de recorrer ao ensino privado como o ofertado pelo Colégio Marista⁶ e pelo Colégio Salesiano⁷. Mas, mesmo assim, em Natal estavam fora do processo de letramento cerca de 20% da população, conforme lembra (GERMANO, 1989). Segundo afirmava o secretário de educação do município nesse momento, Natal contava com uma população de 154.276 habitantes segundo o Censo populacional de 1960, e tinha mais de 60.000 analfabetos (adultos e crianças) sem escolas.

A Campanha de Pé no Chão foi inaugurada em novembro de 1960 com o marco inicial de 2.974 matrículas divididas entre crianças e adultos (GÓES, 2010) que passaram a ter aulas cuidadosamente pensadas para fomentar o processo de aprendizagem, o qual buscava trazer conceitos básicos e em paralelo permitir a construção do senso crítico dos alunos a fim de possibilitar as várias leituras de mundo.

A política teve várias fases, perpassando por escolinhas, Acampamentos Escolares, Formação dos professores, Praças de cultura, Bibliotecas. Enfim, se tratava de eventos interligados que numa sintonia ímpar conseguiram concatenar conteúdos programáticos, manifestações culturais, discussões sócio-políticas, capacitações dos docentes e qualificação profissional e ofertando a população um ensino que contribuía para uma formação humana bastante completa (GÓES, 2010).

No terceiro ano da instalação, ou seja, 1963, a campanha contava com 17.000 alunos, tendo 32 supervisores e 500 monitores que auxiliavam no processo de ensino-aprendizagem. Em abril de 1964 ocorreu o Golpe Civil-Militar no Brasil que trouxe muitas perseguições e

⁶ Dom Marcolino Dantas, bispo diocesano de Natal/RN, convidou os Irmãos Maristas em 1929 a assumirem a direção do Colégio Marista de Natal em 02 de fevereiro de 1930. O mesmo ainda funciona nos dias atuais contribuindo para uma educação de qualidade na capital potiguar. Informação disponível em: http://marista.edu.br/natal/?page_id=609.

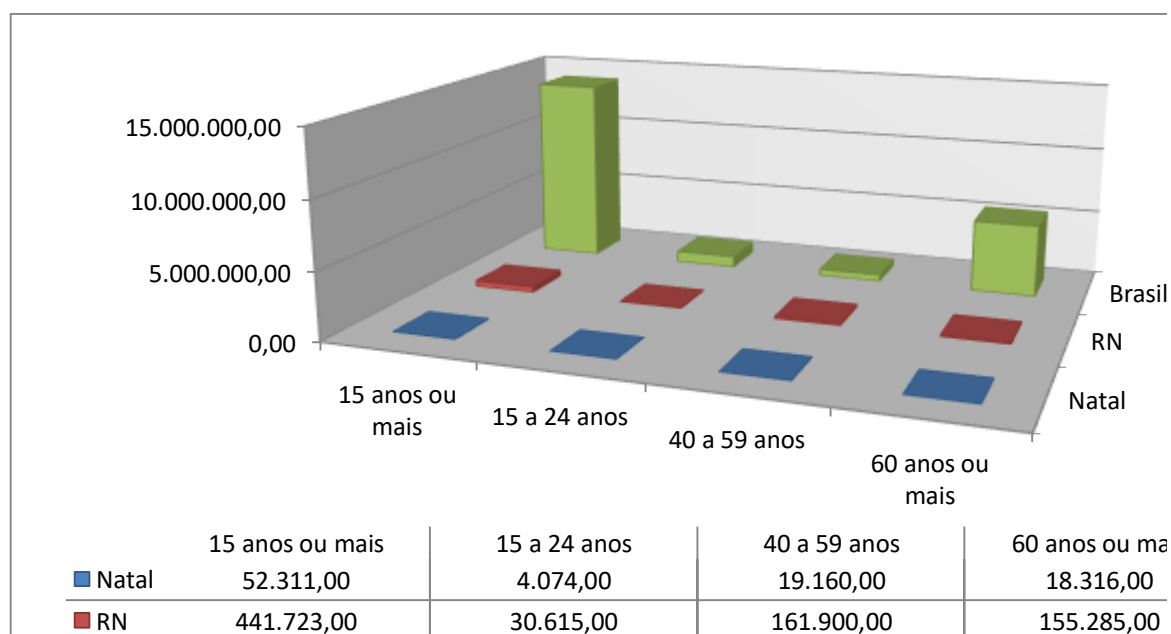
⁷ O Colégio Salesiano que se encontra ainda hoje disponibilizando educação de qualidade, iniciou seu trabalho educativo no ano de 1936 em Natal. Em 1959 foi instalado o seu curso ginásial. Disponível em: <<http://www.salesianonatal.com.br/nossa-escola/historico--5>>.

incertezas no cenário político. Djalma Maranhão foi preso e depois exilado do Brasil, os principais organizadores dessa política municipal foram considerados subversivos, causadores de instabilidade no país.

Os registros da Campanha, documentos, fotos, livros didáticos, material de apoio foram destruídos pelos militares que se encarregaram de subjugar qualquer um que ousasse defender a prática educacional desenvolvida durante a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler. Os reflexos do período para os natalenses e para o resto do país ainda estão sendo calculados, mas o analfabetismo continua como uma mancha na sociedade brasileira. É possível encontrar informações e alguns poucos documentos que foram preservados por pessoas que se arriscaram para contar a história como ela realmente ocorreu. Há sítios na rede mundial de computadores que contêm livros, relatórios das conquistas alcançadas durante o movimento popular em destaque, estudos científicos e fotografias que ilustram a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler. Dentre eles: www.dhnet.org.br e <http://forumeja.org.br/book/export/html/1422>.

No que tange a questão do analfabetismo, nota-se que transcorridos 50 anos do registro da Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler, o IBGE ainda traz no censo de 2010 dados inquietantes no que concerne ao analfabetismo presente no município de Natal, senão vejamos no Gráfico 1, os principais dados que delineiam a temática.

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo no Brasil registrado em 2010.



Fonte: IBGE, censo de 2010.

Na população da capital do Rio Grande do Norte há registros de índice de iletrados, com 15 anos ou mais, que ultrapassam a marca de 50.000 (cinquenta mil) pessoas em 2010, significando 6,76%⁸ da população total que morava em Natal. Ou seja, 803.739 potiguares, eram analfabetos em 2010. Esse quantitativo também pode ser comparado com o Estado do Rio Grande do Norte e com o Brasil, conforme se visualiza na Tabela 2.

Tabela 2: Taxa de analfabetismo no Brasil, no RN e em Natal - registrado em 2010

	Total de habitantes	Total de analfabetos (15 anos ou mais)	Percentual da população (%) com relação ao ente federado
Brasil	190.732.694	13.933.173	7,3
RN	3.168.027	441.723	13,94
Natal	803.739	52.311	6,5

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em números absolutos, meio século depois da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler ter direcionado seus esforços para extirpar o cancro do analfabetismo na capital potiguar, infere-se que hodiernamente, há ainda na cidade um contingente de indivíduos incapazes de decifrar as letras quando comparados às informações registradas em 1960, quando ultrapassava a faixa de 60.000 (sessenta mil) iletrados, segundo o Censo do IBGE de 1960, e no Censo de 2010, temos 52.311.

Em que pese ter sido tema de inúmeras campanhas e programas governamentais, todos os processos de letramento no Brasil ocorridos após os anos 1960 não lograram êxito para a extinção do problema. Ações como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que perdurou durante o período da ditadura militar, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso e o Brasil Alfabetizado que iniciou suas ações em 2003 e perdura ainda hoje tentaram sem sucesso vencer a dificuldade ligada ao analfabetismo.

Assim, retornando o olhar para a Campanha De Pé no Chão, é possível elencar conquistas efetivadas ao longo do movimento e destacar o esforço de todos os envolvidos que se comprometeram em combater os efeitos devastadores do analfabetismo em Natal/RN, mas que foram interrompidas sem explicações pertinentes ao problema maior que era ensinar a ler e escrever a população mais pobre.

Com embasamento nos relatos do professor Moacyr de Góes (1980, p. 131), no

⁸ Com base numa população de 803.739 pessoas, conforme o IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240810>>.

primeiro ano foram registradas 2.974 matrículas. As vagas foram sendo ampliadas ao longo das demais fases, de sorte que no ano de 1964, pouco antes do Golpe Militar, existia o quantitativo de 17.000 alunos inscritos na Campanha. Desta feita, se conclui com base no Censo de 1960 que dos mais de 60.000 iletrados da capital potiguar, aproximadamente 25% deles havia se matriculado em escolas do movimento popular em tela.

Nos anos seguintes ao término da Campanha De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler a situação do analfabetismo foi sendo paulatinamente reduzida. Não como deveria, haja vista as facilidades tecnológicas que poderiam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem não atendiam a contento, mesmo com todo o aparato tecnológico visto no país. O IBGE a partir do Censo de 2010 registrou um decréscimo de 39,6% nos anos 1960 para 9,6 da população brasileira com 15 anos ou mais. Contudo, o ideal seria a inexistência de analfabetos no Brasil.

4. Conclusão

O projeto educacional adotado em Natal/RN, durante o mandato de Djalma Maranhão (1960-1964), visava promover a alfabetização de jovens e adultos e, em paralelo, estimular o desenvolvimento do senso crítico com o intuito de permitir às pessoas a compreensão do processo sociocultural nos quais os mesmos se encontravam.

A Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler foi a resposta do grupo político associado esse prefeito de Natal/RN que buscava atender a uma das primordiais solicitações dos natalenses que sofriam com a falta de espaços escolares para a comunidade. Os gestores do projeto tiveram o mérito de não confundir escolas com prédios escolares, de modo que ofereceram vagas criadas a partir de espaços construídos de maneira rústica chamados de Acampamentos Escolares, os quais possibilitaram a oferta de um ensino de qualidade a um número maior de pessoas.

A política pública municipal foi a principal ação do governo de Djalma Maranhão e possibilitou a aproximadamente 17.000 alunos que obtivessem uma nova perspectiva de aprimoramento e alcance da cidadania. Nota-se que a partir da condição de alfabetizado o potiguar ganhava a condição de eleitor e, portanto, poderia escolher seus representantes políticos por meio do voto. Durante o período da Campanha, quase 50% da população analfabeta de Natal passou pelos bancos dos Acampamentos Escolares significando um enorme avanço no tocante ao processo de letramento em Natal/RN. Essa foi a relevante contribuição que a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler deu à capital do Rio

Grande do Norte.

No dia 01 de abril de 1964, se materializou o golpe Civil-Militar no país, o qual considerou a Campanha e seus gestores subversivos, impôs o imediato fim dessa política pública e a destruição do conjunto de documentos e materiais utilizados nas aulas. Enfim, o projeto educacional foi interrompido sem conseguir alcançar seu objetivo primordial, qual seja extirpar a mancha do analfabetismo na capital Potiguar.

Destaque-se que a questão educacional é tão séria no país que mesmo nos dias atuais, registra-se um número elevado de pessoas que não conseguem ler e escrever. No Censo de 2010, feito pelo IBGE, o Brasil contava com uma população de 190.732.694 indivíduos com 15 anos ou mais, dos quais 13.933.173 não conseguiam ler nem escrever. O Rio Grande do Norte tinha uma população de 3.168.027 pessoas e destas com 15 anos ou mais, 441.723 eram analfabetas em 2010.

Deveras, o percentual de analfabetos da população de Natal/RN diminuiu se comparado com a década de 1960 em quase 14%. Saiu de um patamar de 154.276 indivíduos, dos quais 60.254 eram iletrados, 20% dos natalenses em 1960, e foi para um total de 803.739 potiguares com um montante de analfabetos de 52.311, ou seja, 6,5% da comunidade local.

Realidade que demonstra a importância da Campanha materializada em Natal, no governo Djalma Maranhão, pois os indicadores ofertados foram expressivos e se direcionavam para a eliminação do analfabetismo na comunidade potiguar.

Referências

COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento Proibido: a educação popular na visão dos “dos guardiões da ordem”**. 2004. 82f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2004.

GÓES, Moacyr de. **Dé pé no chão também se aprende a ler. (1961-1964)** uma escola democrática. Educação e transformação. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1980. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf> Acesso em: 8 de jul. 2017.

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo**. A campanha de pé no chão. Coleção teorias e práticas sociais. Editora Autores associados. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_willington_lendo_aprendendo_pe_no_chao_1989.pdf> Acesso em: 8 de jul. 2016.

KUENZER, Acácia. **A formação de professores para o ensino médio:** velhos problemas, novos desafios. In: Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul.- set. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 de jun.2017.

MARANHÃO, Djalma. **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler:** A escola Brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido - Estudo realizado no exílio no Uruguai. (Org.) Moacyr de Góes. Editora Civilização Brasileira, S.A.[1999]. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/potiguariana/djalma_dois_livros_exilio/05_a_campanha_de_pe_no_chao.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** 4 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MINAYO, MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.